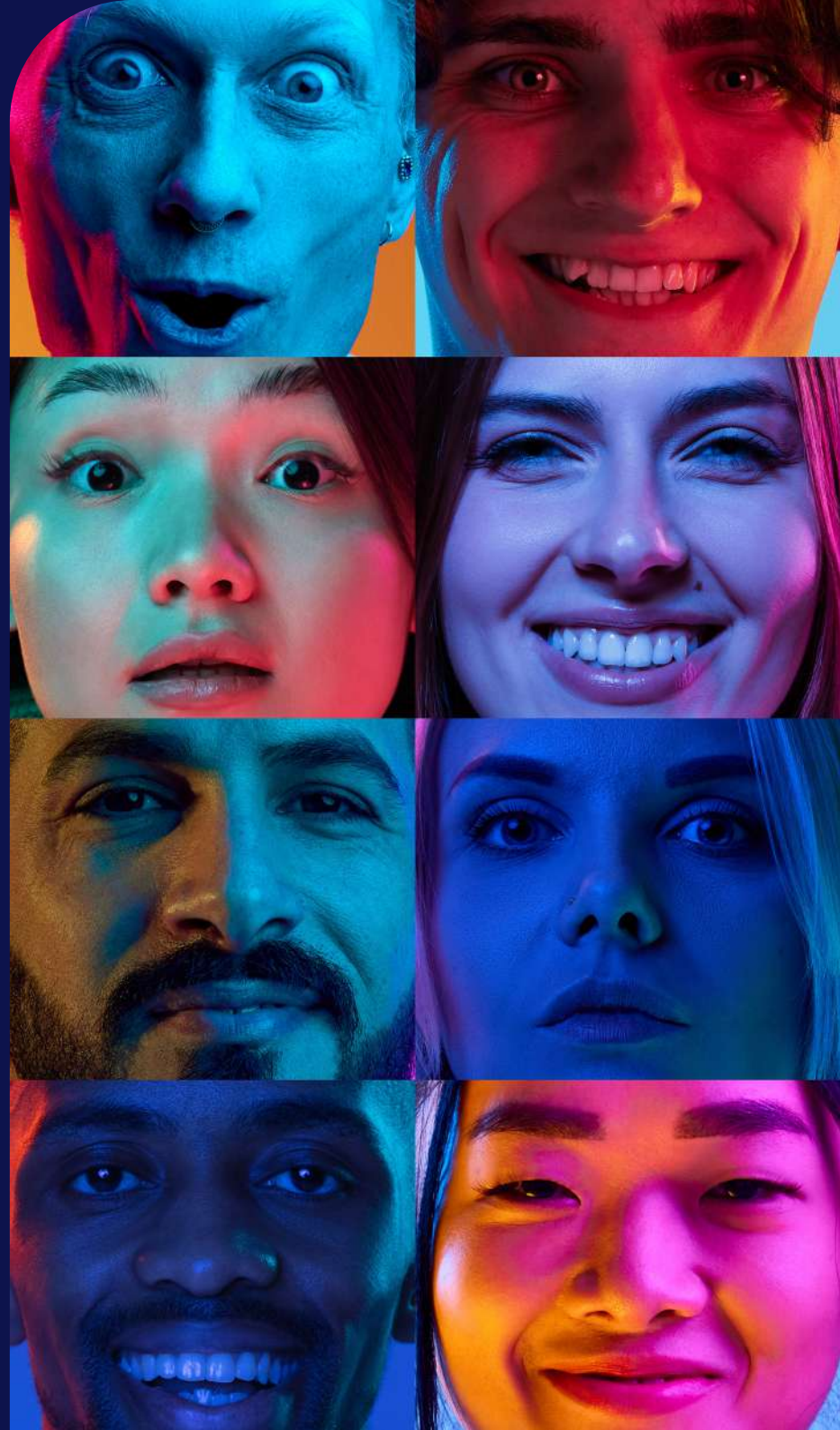


GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em Direito das Famílias e Sucessões





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito das Famílias e Sucessões	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	10
FAQ do curso	14
Diferenciais tecnológicos	15
Ingresso	16

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Profª. Lídia Marangon
Coordenadora

Defensora Pública do Distrito Federal. Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – Uniceub. Pós-graduada em: Direito Público, Direito Processual Civil, Direito de Família, Direito Penal e Direito do Consumidor. Atualmente, é professora de Direito Processual Civil do Gran Cursos Online e da Gran Faculdade. Já atuou como Consultora Jurídica da TV Justiça, com sede no Supremo Tribunal Federal; como servidora pública federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, atuando na função de Chefe de Gabinete; e, como servidora pública do TJDF e do MPDFT.

DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES



Este curso se revela imprescindível para quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades aplicadas à área do Direito das Famílias e Sucessões, com raciocínio jurídico destinado à interpretação e aplicação do Direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade de atuação na área, propondo soluções em consonância com os ditames constitucionais. A pós-graduação em Direito das Famílias e Sucessões traz um estudo aprofundado, atual e dinâmico com abordagem prática e teórica das disciplinas centrais do ramo. O operador do Direito estará qualificado para fazer frente às necessidades da iniciativa privada e do setor público.

DESTAQUES DO CURSO

Aprofundar o conhecimento relacionado a Direito da Família e Sucessões de acordo com aspectos constitucionais, sociais e patrimoniais;

Capacitar o profissional para se posicionar perante os conflitos de família e sucessões de acordo com a lei;

Permitir a melhor compreensão das transformações das relações familiares ao longo do tempo.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, assistentes sociais, conciliadores, mediadores, advogados, defensores públicos, juízes, membros do Ministério Público, servidores de Tribunais, professores e pesquisadores.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito das Famílias e Sucessões tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Noções Gerais de Direito das Famílias	45h
02	Noções Gerais de Direito das Sucessões	25h
03	Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional	25h
04	Direitos e Garantias Fundamentais e sua Interface com os Outros Ramos do Direito	25h
05	Tutela Constitucional da Educação e das Famílias	10h
06	Comunicação e Oratória	20h
07	Direito Processual Civil	40h
08	Casamento e Regime de Bens	15h
09	União Estável	15h
10	Alimentos	15h
11	Formas de Dissolução das Relações Conjugais	14h
12	Solução Consensual dos Conflitos Familiares	14h
13	Direito da Criança à Convivência Familiar	12h
14	Adoção	13h
15	Bem de Família	10h
16	Direito das Famílias e Violência Doméstica	11h
17	Temas Atuais de Direito das Famílias	10h

18	Advocacia Extrajudicial	12h
19	Sucessão Legítima e Testamentária	19h
20	Docência no Ensino Superior	10h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40h/a
TOTAL DO CURSO		400h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DAS FAMÍLIAS	Direito Civil – família. Família constitucional. Pluralidade de modelos familiares. Teoria do casamento: existência, validade (teoria da invalidez) e efeitos. Filiação. Poder familiar. Adoção. Guarda. Relações de parentesco. Regime de bens. Alimentos. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores. União estável.
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DAS SUCESSÕES	Direito Civil – sucessões. Teoria geral do direito sucessório (aceitação e renúncia da herança; indignidade; herança jacente e vacante; capacidade e legitimidade sucessória; direito de representação). Sucessão legítima e ordem de vocação hereditária. Sucessão testamentária (regras gerais. Espécies de testamentos ordinários. Interpretação do testamento. Deserdação. Legados. Colaço. Características do testamento. Causas de extinção do testamento).
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	Direito Constitucional: objeto, natureza jurídica, fontes. Métodos de estudo: Direito Positivo, Teoria Geral e Direito Comparado. Constituição: conceito material, conceito formal, conceito moderno. Conceito valorativo. Constituição ideal e real. Constituição no sentido político. Constituição no sentido sociológico. Constituição no sentido jurídico. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente, características. Aplicabilidade das normas constitucionais: validade, vigência e eficácia; princípios e regras (Ronald Dworkin e Robert Alexy): classificação norte-americana; classificação de Azzaritti; classificação de Crisafulli; classificação de Ruy Barbosa; classificação de Luís Roberto Barroso; classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Brito; classificação de Maria Helena Diniz; classificação de José Afonso da Silva; normas constitucionais de eficácia exaurida. Poder constituinte reformador: conceito, abrangência, mudanças constitucionais. Processos formais: emendas à Constituição, emendas de revisão, tratados internacionais acerca de direitos humanos. Inconstitucionalidades, inconveniências e ilegalidades. Tipologia constitucional: quanto à forma; quanto ao modo de elaboração; quanto à origem; quanto ao conteúdo; quanto à estabilidade; quanto à finalidade; quanto à extensão; quanto à correspondência com a realidade; quanto à ideologia; quanto à sistematicidade. Classificação da Constituição de 1988. Princípios de hermenêutica constitucional: princípio da supremacia da Constituição; princípio da unidade da Constituição; princípio das bases principiológicas; princípio da máxima efetividade; princípio da concordância prática ou da harmonização; princípio do efeito integrador; princípio da força normativa da Constituição; princípio do conteúdo implícito dos dispositivos constitucionais; princípio da conformidade funcional; princípio da imperatividade dos dispositivos constitucionais; princípio do sentido usual das normas constitucionais; princípio da simetria constitucional; princípio da presunção da constitucionalidade; estudo de casos concretos com a aplicação de cada um dos referidos princípios pelo Supremo Tribunal Federal.

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	<p>Métodos específicos de interpretação constitucional: método interpretativo da concretização; método integrativo ou científico-espiritual; método de interpretação conforme a Constituição. Direito Constitucional. Comparado: Constituição de 1824; Constituição de 1891; Constituição de 1934; Constituição de 1937; Constituição de 1946; Constituição de 1967; Constituição de 1969; Constituição de 1988. Aplicabilidade das normas constitucionais no tempo: Constituição Nova, Constituição Anterior e Legislação Infraconstitucional; Constituição Nova versus Constituição Anterior; Constituição Nova versus Legislação Ordinária Anterior; Constituição Nova versus Legislação Infraconstitucional Superveniente; teoria da revogação; teoria da recepção; teoria da repristinação; teoria da desconstitucionalização. Constitucionalismo e neoconstitucionalismo: origem no Direito Comparado; processo de judicialização da política; constitucionalismo brasileiro da efetividade; pós-positivismo constitucional; neoconstitucionalismo e ativismo judicial; os perigos da panconstitucionalização.</p>
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E SUA INTERFACE COM OS OUTROS RAMOS DO DIREITO	<p>Evolução histórica dos direitos fundamentais no Brasil e no mundo. A interface entre História, Direito e Política. Direito objetivo e subjetivo. Binômio de Janus. Eficácia vertical, horizontal e transversal dos direitos fundamentais. Aplicação direta e indireta dos direitos fundamentais. Repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas. Constitucionalização do Direito Civil. Teoria dos quatro status de Jellinek. Características dos direitos fundamentais. Extensão de direitos fundamentais a pessoas jurídicas, estrangeiros, apátridas e a animais. Tratamento constitucional dado aos direitos e garantias fundamentais à luz da jurisprudência do STF e do STJ. Estado de coisas inconstitucional. Tratados internacionais sobre direitos humanos e sua posição no ordenamento constitucional brasileiro.</p>
TUTELA CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO E DAS FAMÍLIAS	<p>Tratamento constitucional da educação. Autonomia universitária. Preceitos e princípios. Repartição de competências constitucionais sobre o tema. Direito das famílias. Conceito. Família monoparental. Multiparentalidade. Uniões homoafetivas e heteroafetivas. Casamento. União estável. Criança, adolescente e jovem. idoso. Aspectos legais e constitucionais.</p>
COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA	<p>Videoconferência. Concentração. Comunicação. Público. Roteiro. Tempo. Indumentária. Postura corporal (voz – volume/ritmo/velocidade). Memoriais. Dinâmicas.</p>
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	<p>Normas fundamentais de processo civil. Jurisdição. Ação. Competência. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais, nulidades processuais e valor da causa. Tutela provisória: tutela de urgência e tutela de evidência. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento: procedimento comum. Teoria da prova. Sentença. Coisa julgada. Ações de família. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.</p>

CASAMENTO E REGIME DE BENS	O casamento na história. A promessa de casamento. Formas especiais de casamento. Capacidade para o casamento. Habilitação e celebração do casamento. Casamento nulo, anulável e putativo. Deveres matrimoniais. Comunhão parcial de bens. Comunhão universal de bens. Separação de bens. Participação final nos aquestos.
UNIÃO ESTÁVEL	Introdução. A união estável no Brasil. Constituição Federal e a união estável. Conceito. Tratamento jurídico. União estável no Código Civil. Elementos caracterizadores da união estável. Impedimentos para a configuração da união estável. Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável. Conversão da união estável em casamento.
ALIMENTOS	Disposições gerais. Pressupostos Periodicidade. Critério de fixação. Reajuste. Características: a) Irrepetibilidade; b) Imprescritibilidade; c) Inalienabilidade; d) Reciprocidade; e) Irrenunciabilidade; f) Impenhorabilidade; g) Incompensabilidade. Alimentos Compensatórios. Alimentos gravídicos. Alimentos avoengos. Maioridade civil e alimentos. Alimentos ao ex-cônjuge/companheiro. Revisão da obrigação alimentar. Exoneração da obrigação alimentar. Execução de alimentos.
FORMAS DE DISSOLUÇÃO DAS RELAÇÕES CONJUGAIS	Considerações iniciais. Fases históricas da dissolução do vínculo conjugal no Brasil. O fim da culpa como garantidor do princípio da dignidade humana. Emenda Constitucional n. 66/2010 e seus reflexos na separação de fato e na separação judicial. Formas de extinção do vínculo conjugal: a) Morte ou declaração de ausência; b) Nulidade ou anulação do casamento; c) Separação de fato; d) Divórcio. Divórcio judicial. Divórcio extrajudicial. Dissolução da união estável. Divórcio como exercício de um direito potestativo. Uso do nome após o divórcio.
SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS FAMILIARES	Considerações iniciais. Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Conflitos familiares e as emoções. Direito de família e a interdisciplinaridade. Meios de resolução consensual de conflitos. Mediação: a) Princípios éticos; b) Funções do mediador; c) Tipos de mediador. Impactos positivos do consenso para os filhos. Da soberania da vontade dos membros familiares. Perspectiva dos efeitos da solução consensual dos conflitos no tempo e no espaço.
DIREITO DA CRIANÇA À CONVIVÊNCIA FAMILIAR	Disposições gerais. Família natural. Família substituta. Guarda. Tutela.
ADOÇÃO	Introdução. Natureza jurídica. Conceito. Adoção no ECA. Adoção nacional e internacional. Legitimidade para adoção. Consentimento para adoção. Efeitos jurídicos da adoção.
BEM DE FAMÍLIA	Antecedentes históricos. Conceito e classificação. Disciplina jurídica do bem de família. Exceções à impenhorabilidade. Aspectos jurisprudenciais.

DIREITO DAS FAMÍLIAS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Violência doméstica familiar. Formas de violência. Ciclo da violência. A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar. Medidas protetivas de urgência. Impactos e consequências da violência doméstica na família. Questões procedimentais. Competência.
TEMAS ATUAIS DE DIREITO DAS FAMÍLIAS	União homoafetiva. Concubinato e direitos do amante. Uniões estáveis concomitantes. Família monoparental. Dupla parentalidade. Guarda compartilhada em período de pandemia. Direito à visita e a pandemia de Covid-19. Adoção homoafetiva. Contrato de namoro. O poliamor e suas consequências jurídicas. Filiação socioafetiva. Abandono afetivo.
ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL	Divórcio extrajudicial. Separação extrajudicial. Inventário extrajudicial.
SUCCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Sucessão legítima. Introdução. Sucessão pelo descendente. Sucessão pelo ascendente. Sucessão pelo cônjuge. Sucessão pelo companheiro. Sucessão pelo colateral. Sucessão pelo ente público. Direito de representação. Sucessão testamentária. Considerações gerais. Testamento: conceito, natureza, requisitos, formas. Codicilo. Disposições testamentárias. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Extinção do testamento. Aspectos jurisprudenciais. O direito das sucessões na visão dos tribunais superiores.
DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	Definições conceituais. Ensino, pesquisa e extensão. A didática no contexto do ensino superior. Competência e saberes docentes. Prática pedagógica. Planejamento e avaliação de ensino.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Direito das Famílias e Sucessões é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Direito das Famílias e Sucessões é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Direito das Famílias e Sucessões é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

